

Eixo Temático: 10. História, Historiografia da educação

O PROFESSOR DO SÉCULO XIX - 1854 A 1871: O QUE OS RELATÓRIOS DE PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES REVELAM

Denize Naiara Santi¹

Orientador: André Paulo Castanha²

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

E-mail: denize_naiaralp@hotmail.com
andrecastanha66@gmail.com

Palavras-chave: Professores, Instrução Primária, Província do Paraná, Educação do Século XIX.

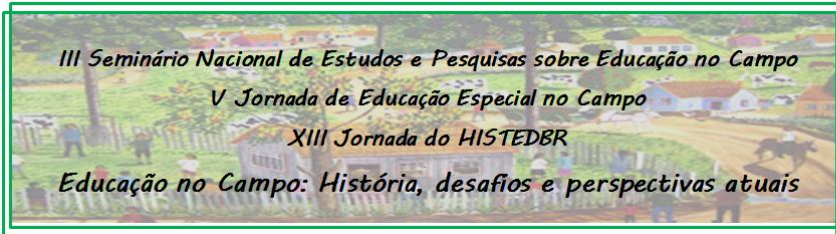
Resumo:

A construção desse artigo partiu de uma pesquisa em desenvolvimento no programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. A pesquisa envolve diretamente as fontes primárias, especialmente os documentos referentes à educação no período de 1854 a 1871. Dentre a diversidade de assuntos referentes à educação encontradas nesses documentos, optamos por estudar de forma mais efetiva a atuação dos professores no processo educacional, a partir dos relatórios de presidentes e vice-presidentes. Assim, o objetivo é compreender como os presidentes definiram/consideraram o papel e o trabalho dos professores no período. O recorte partiu do ano 1854, momento em que a província do Paraná se emancipou da província de São Paulo. Já o ano de 1871 caracterizou-se por aprovar uma nova reforma na instrução pública que introduziu alterações no processo educacional. A metodologia

¹ Acadêmica do programa de Mestrado em Educação na Unioeste - Campus de Francisco Beltrão-PR. Bolsista da CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa: História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDOPR – GT local do HISTEDBR. Graduada em Pedagogia pela UNIOESTE em 2014. E-mail: denize_naiaralp@hotmail.com

² Professor do Colegiado de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Unioeste – Campus de Francisco Beltrão – PR. Membro do Grupo de Pesquisa: História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDOPR – GT local do HISTEDBR. Historiador e mestre em Educação pela UFMT, Doutor em Educação pela UFSCar e Pós-doutor na área de Filosofia e História da Educação pela UNICAMP. E-mail: andrecastanha66@gmail.com

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



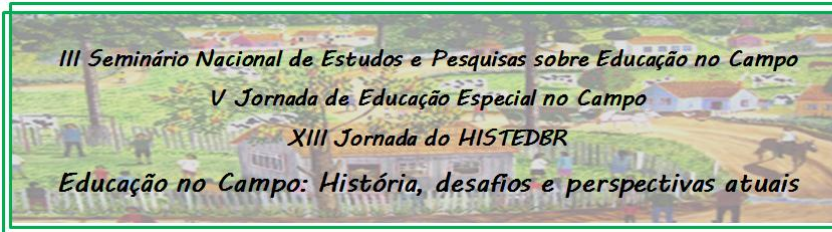
consistiu na leitura e interpretação das fontes considerando o contexto em que foram produzidas. Para tanto organizamos o texto em quatro tópicos: no primeiro apresentamos uma visão geral, porém breve, demonstrando como a sociedade paranaense se encontrava naquele momento nos aspectos político e econômico, tendo como base os relatórios dos presidentes e vice-presidentes. E para compreender a atuação dos professores no período, dividimos a reflexão em três tópicos, que apresentam de forma geral as bases do trabalho do professor, no que se refere a: qualificação profissional, condições de trabalho e o papel reservado ao professor na escola/sociedade. A partir dos relatórios evidenciamos que as atitudes dos professores auxiliavam na consolidação do império, e assim entendemos a ênfase dada nas necessidades de melhorar as condições de trabalho dos professores e o sistema de inspeção. Os relatórios dos presidentes e vice-presidentes permitem compreender as condições da educação no período de 1854 a 1871 e evidenciam, pelos discursos produzidos como os sujeitos participantes da construção educacional do período buscaram alternativas para melhorar as condições em que a educação se encontrava.

Introdução

A construção desse artigo partiu de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. A pesquisa envolve diretamente as fontes primárias, especificamente os documentos referentes à educação no período de 1854 a 1871. Inicialmente realizamos a catalogação e o levantamento desses documentos em sites pré-selecionados. Durante o levantamento realizamos leituras prévias dos documentos, descobrindo uma diversidade de assuntos referentes à educação, e a partir desses optamos por estudar de forma mais efetiva a atuação dos professores no processo educacional, a partir dos relatórios dos presidentes e vice-presidentes da província que ocuparam o cargo no período. Porém, cabe ressaltar que as considerações aqui apresentadas estão em sua fase inicial.

Com a intenção de avançarmos no conhecimento do passado educacional é necessário compreender o papel dos sujeitos participantes da construção da educação no período, compreendendo-os como sujeitos históricos e sociais. Para tanto, buscamos compreender a atuação e condições de trabalho dos professores tomando como referência os relatos daqueles que eram seus gestores.

O recorte definido para o estudo foi 1854-1871, 1854 marcou o momento que o Paraná se tornou independente da província de São Paulo. Conforme indicou Castanha “sua independência ficou marcada por uma longa luta política iniciada no período pré-independência do Brasil” (2007, p. 309), considerando que “os deputados paulistas



usavam de diversas estratégias para impedir o desmembramento, pois São Paulo perderia um território significativo e, em consequência uma boa parte da renda obtida com a erva-mate e a produção de gado” (CASTANHA, 2007, p. 58). Já a delimitação do ano de 1871, se deu pelo fato de que naquele ano houve uma nova reforma na instrução pública, introduzindo alterações significativas no processo educacional.

O artigo está organizado em quatro tópicos. No primeiro apresentamos uma visão geral, porém breve, demonstrando como a sociedade paranaense se encontrava naquele momento, tendo como base os relatórios dos presidentes e vice-presidentes. E para compreender a atuação dos professores no período, dividimos a reflexão em três tópicos, que apresentam de forma geral as bases do trabalho do professor, no que se refere a: qualificação profissional dos professores paranaenses, condições de trabalho e o papel reservado ao professor na escola/sociedade.

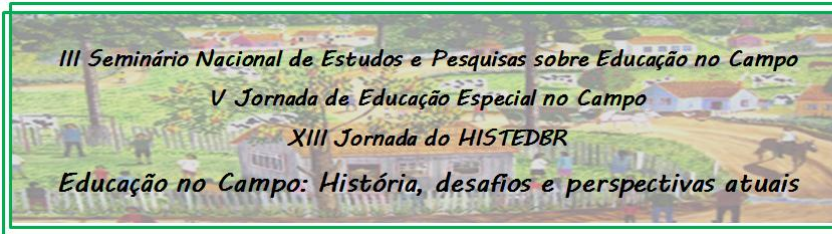
Alguns Apontamentos Sobre os Aspectos Econômicos e Políticos do Paraná no Contexto Recortado

Segundo Santi e Castanha

“O sistema econômico - social paranaense, entre outras atividades econômicas, fundamentava-se nas fazendas de gado” a qual atingiu “toda a sua potencialidade nos meados do século XIX, fase em que ocorreu a emancipação política do Paraná”, porém quando as “grandes famílias que começaram a participar e influir na vida política da nova Província” houve o abandono da “criação do gado” (2015, p. 3. Grifo dos autores).

Assim ao analisar os relatórios dos presidentes e vice-presidentes desse período, é perceptível que o sistema econômico voltava-se ao cultivo, principalmente da erva-mate, e que o sistema político encontrava-se em um período de conciliação, o que auxiliava no desenvolvimento do Paraná.

O presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos destacou no seu relatório de 15 de julho de 1854, “no espaço de tempo decorrido desde 19 de dezembro, dia da instalação da província até o presente, nenhum acontecimento houve, que abalasse, mesmo de leve, o sossego público”, enfatizou também a “harmonia e conciliação dos partidos na nova província” (1854, p. 2).

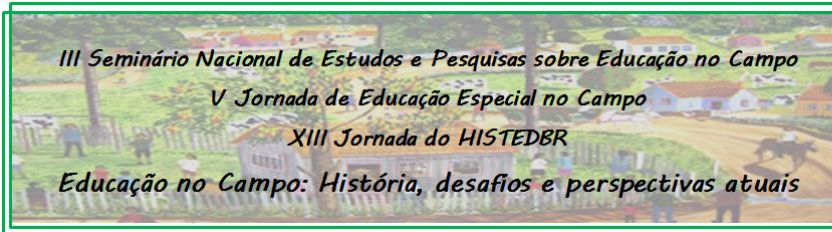


O Relatório do presidente Antônio Barbosa Gomes Nogueira, de 15 de fevereiro de 1862, voltou a ressaltar que “a calma com que os partidos entraram neste pleito que, só pelo resultado da votação, revelou-se o empenho que empregaram, em prol do triunfo de suas ideias ou antes de seus amigos” (1862, p. 3). Anos depois, o presidente José Feliciano Horta de Araújo no seu relatório de 15 de fevereiro de 1868, afirmou “posso felizmente repetir o que vos tem dito todos os meus antecessores: a ordem e tranquilidade públicas não têm sofrido alteração” considerando que “o espírito pacífico, o respeito à lei e o acatamento à ação da autoridade continuam a distinguir os habitantes da província do Paraná” (1868, p. 2).

Em relação à parte econômica do Paraná, o presidente Zacarias Góes e Vasconcellos, no seu relatório de 1855, apresentou “uma carta, contendo apreciações engenhosas sobre o estado atual de decadência do comércio do mate”. Vasconcellos destacou que a erva da província era “preferida nas campanhas argentinas, assim como a do Paraguai”, considerando que estava “cotada em muito baixo preço”, porém não era em razão “da inferioridade de sua qualidade, senão de outras causas”. Entre as causas, enfatizou a “falta absoluta de método mercantil”, o “grande número de agentes no Rio Prata, a quem os especuladores da província conseguiram as suas ervas” e a “falsificação, que ela sofre” (1855, p. 50-54).

O presidente Francisco Liberato de Mattos, no seu relatório de 7 de janeiro de 1859, destacou diversos fatores relacionados à “fertilidade da província, que tão profusamente recompensam os trabalhos agrícolas, o alto preço a que tem chegado estes produtos, ainda não puderam distrair a população do predileto tráfico do mate”, enfatizou também que “sem braços, que ela a se dediquem, continua a agricultura, em geral, sem desenvolvimento”, e com graves prejuízos a terra, e além disso, “a cultura de trigo, que, depois de ter estado em muito bom pé, foi abandonada” (1859, p. 31-32). Isso tudo acarretava em graves prejuízos para o desenvolvimento econômico da Província.

No ano de 1864, o presidente José Joaquim do Carmo em 18 de novembro, ressaltou que a indústria do Paraná concentrava-se “no comércio de animais e da erva mate”, enfatizando que em relação aos animais não se constituíam como “um produto próprio do Paraná, sendo esta província apenas lugar abrigado de passagem” para os



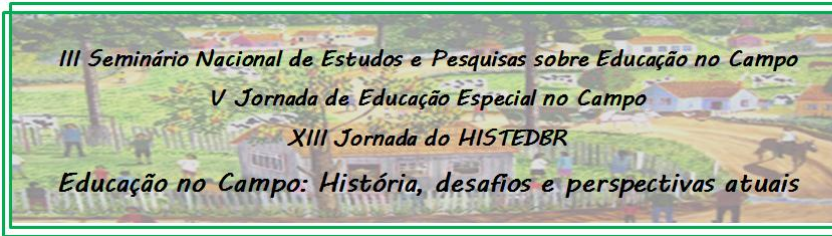
animais que vinham do Rio Grande e Santa Catarina. Todavia, considerou que a situação econômica da província melhorou, pois boa parte da renda vinha “do imposto de animais”, que passavam por essas terras. Ressaltou também que “o mercado consumidor da erva mate reduz-se as repúblicas espanholas do sul do império”. Diante disso, o presidente considerou a necessidade de melhorar as “condições essenciais da prosperidade financeira da província” através de investimento do dinheiro público na “expansão do comércio da erva-mate, abrindo-se-lhe mercados mais extensos” e também na “introdução e desenvolvimento de novas indústrias na província” (1864, p. 20).

O presidente José Feliciano Horta de Araújo, no seu relatório de 15 de fevereiro de 1868 tratou das obras públicas, enfatizando que era um “importante ramo da administração”, porém, muito se ressentia “da falta de organização”, constatando que “o futuro da província” dependia “essencialmente do desenvolvimento que for dado às vias de comunicação” (p.17). Em relação à economia destacou que “o mate continua a ser o ramo preponderante na indústria da província”, porém, enfatizou que o mercado desse produto, não podia “suportar a concorrência da erva do Paraguai e de Missões, cuja qualidade superior a torna preferida pelos consumidores”. Diante disso, defendeu que era “de suma conveniência imprimir maior desenvolvimento a cultura de outros artigos” que se adequavam ao “clima e os terrenos da província”. Além disso, destacou que se fazia necessário investimentos em meios de escoamento das produções (1868, p. 43).

Pelos relatos da época concluímos que no campo político, a província paranaense acompanhava, de modo geral, os aspectos nacionais, expressos por certa harmonia, que se relacionava também a tranquilidade do povo paranaense. Ao se reportar as questões econômicas, percebemos que a agricultura ganhava ênfase, porém os agricultores, principalmente os mais pobres, não sabiam tirar os devidos proveitos agrícolas, fazendo com que eles vivessem em periódicas peregrinações, buscando a subsistência. Há também uma preocupação por parte do governo em relação aos meios de escoamento da produção agrícola, destacando a necessidade de melhorar o comércio e a produção da erva-mate.

Qualificação Profissional dos Professores Paranaenses

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



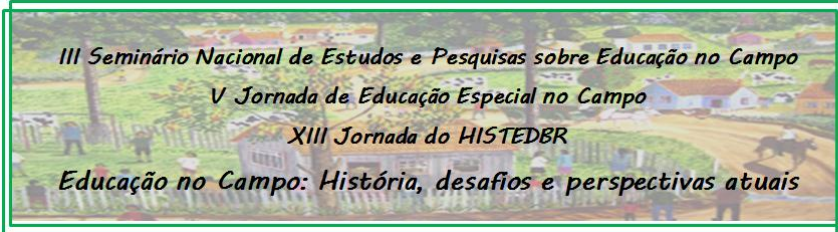
Para iniciar os relatos a respeito de participantes fundamentais na construção do ensino na província, consideramos a qualificação que esses professores tinham, através dos relatórios dos presidentes e vice-presidentes que ocuparam o cargo no período.

O presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos, no seu relatório de 15 de julho de 1854, referindo-se ao ensino secundário destacou que havia sido promulgada “uma lei, criando nesta cidade em 1846 um liceu”, cujo objetivo era proporcionar “a mocidade, que queira dar-se às letras, e abraçar as profissões liberais, meios de instruir-se convenientemente” (1854, p. 20-25). Vasconcellos informou aos deputados sobre as condições precárias que funcionava a instituição e justificou a necessidade de promover mudanças introduzindo novas disciplinas visando uma melhor formação dos jovens.

Em 1862, o presidente Antônio Babosa Gomes Nogueira apresentou mais considerações acerca do liceu, o qual se achava reduzido ao ensino de “francês, latim, e matemáticas elementares”. Informou ainda que havia uma cadeira de instrução secundária na cidade de Paranaguá com aulas avulsas de francês e inglês. Mesmo considerando a precariedade das cadeiras de instrução secundária, os professores eram “idôneos, os quais bem procuram cumprir com os seus deveres” (1862, p. 36-37).

André Augusto de Padua Fleury enfatizou, em 1866, que “no Paraná gasta-se muito e aprende-se pouco”. Fleury considerava que “quanto maior for o número dos professores, tanto mais disseminada ficará a instrução”, todavia, havia no entendimento dele “a abundância dos maus professores, e não pode havê-los bons onde é insuficiente o pessoal, longe de ser útil torna-se prejudicial á instrução, como outras tantas fontes de vícios e erros no ensino”. Pelo relato fica claro que a má formação do professor interferia diretamente na educação, pois segundo o presidente maus professores constituíam más escolas (1866, p. 22). O vice-presidente da província Agostinho Ermelino de Leão, no mesmo ano de 1866, referendou o que havia sido destacado pelo presidente André Fleury, e complementou afirmando que “continuam os mesmos obstáculos imateriais e morais por ele apontados, e que consistem sobretudo na falta de pessoal habilitado para o magistério” (1866, p. 9).

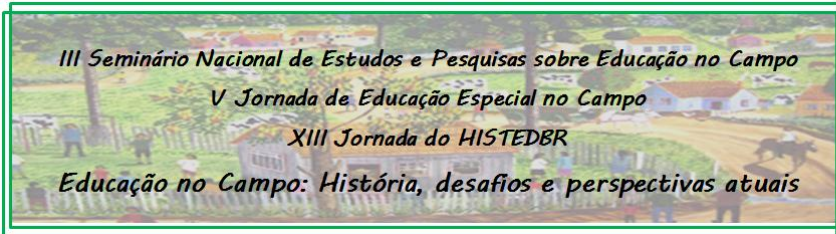
Polidoro Cezar Bulamarque, no relatório de 15 de março de 1867, considerou a relevância e a “necessidade de um estabelecimento de certa ordem, onde os que se destinam a carreira do magistério, adquiram uma preparação teórica e prática”. Todavia



ênfatiçou as dificuldades para implementação de uma escola normal, pois considerou que “as escolas normais, certo, propõem-se a satisfação dessas necessidades” (1867, p. 27-29). Segundo ele, no Brasil tais instituições eram como “plantas exóticas: nascem e morrem quase no mesmo dia. Porque será isto?” No seu entendimento a razão era simples “o professorado, entre nós, não está, nem estará tão cedo elevado à altura de uma carreira, que estimule as ambições legítimas de quem quer que seja, e muito menos abra a porta a aspirantes distintos”. Isso porque, segundo ele, só queria “ser professor, quem não pode ser outra coisa”. Assim “em uma palavra, não há quem aprenda, e por tanto quem ensine”, e ainda acrescentou que o magistério estava “caído em tal descrédito, o título honroso e venerado de mestre é olhado com tal indiferença, senão desprezo, que os homens bons e ilustrados” recusavam-se “a aceitá-lo com receio da desconsideração, que daí lhes resultaria”, e por isso “o magistério, salva exceções honrosas, é o apanágio da incapacidade e da ignorância” (1867, p. 30-31).

Com base nessas considerações, Bulamarque argumentou “não inclino-me a adoção de uma escola normal nesta província”, porque “falta aqui o gosto da instrução, faltam incentivos para os mestres, falta pessoal para escolas desta categoria, e a província é pobre no meio de sua imensa riqueza”. Segundo ele era mais vantajoso formar professores através “da prática somente, empregando-se os candidatos nas escolas públicas, primeiro como alunos-mestres, depois como ajudantes”. Como exemplo informou aos deputados que o “regulamento da instrução da côrte concede aos alunos maiores de 12 anos, dados por prontos com distinção nos exames anuais, uma gratificação proporcional” para que “como ajudantes” pudessem “se *aperfeiçoarem nas matérias e prática do ensino*”. Esses alunos-mestres depois de dois anos de serviços como professores adjuntos, poderiam se tornar vitalícios. E para realmente garantir a aprendizagem dos alunos-mestres, o presidente sugeriu “a criação nesta capital de uma escola preparatória, regida por um só mestre, destinada exclusivamente a formar professores pelo ensino das matérias absolutamente indispensáveis ao exercido do magistério” (1867, p. 31-32).

Em relação ao ensino particular o presidente destacou “que grande parte das cadeiras contratadas são ocupadas por indivíduos que nunca foram professores particulares” e alguns que “nunca tiraram licença para este fim, nem habilitaram-se na

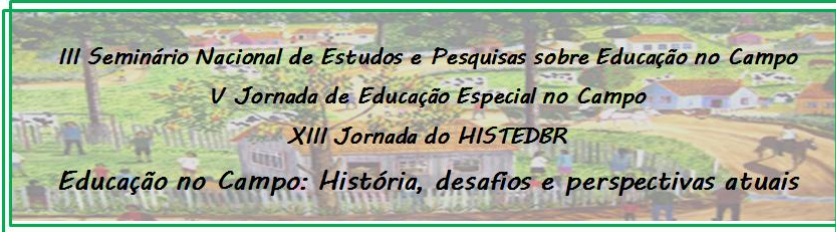


forma da lei”. Mediante tais considerações destacou “deixe o resto ao cuidado dos pais de família, certamente os melhores fiscais da educação dos seus filhos”, pois “um mau professor, ignorante, imoral, preguiçoso, não guarda por muito tempo a confiança dos pais de seus discípulos. O instinto paterno adivinha as faltas do mestre” (1867, p. 34).

Em 1870, o presidente Antônio Luiz Afonso de Carvalho, destacou no seu relatório que a instrução na província estava em situação caótica e “me parecer, que a razão é a falta de confiança que sem dúvida inspiram certos professores”. Assim para corrigir tal situação procurou-se “fazer face com a instituição dos alunos mestres chamados ao professorado como adjuntos e formando deles um viveiro de onde se tirariam mestres”, porém, naquelas condições havia a dúvida: “que escola assistiriam estes alunos para adquirir conhecimentos teóricos e prático, para o futuro professorado?” Como melhorar se a base de formação se daria naquelas mesmas “escolas, cujos defeitos” eram notados (1870, p. 10-11.)

Segundo o presidente, o único remédio seria a criação de uma escola normal. Indicou que a alternativa para o provimento das cadeiras seria buscar em outras províncias “pessoal habilitado para incumbir-se” da formação. Carvalho acreditava que bastava contratar dois ou três professores para garantir o funcionamento de tal instituição. Segundo ele, o curso deveria ser de “dois anos, em que se ensinem as matérias necessárias”, sendo que a matrícula seria gratuita. O ensino seria dividido em duas sessões, “uma para alunos mestres e outra para alunas mestras de modo que haja completa separação”. Para entrar na escola bastariam “os exames de habilitação nas escolas primárias, a idade de 16 anos e documentos que provem o seu proceder irrepreensível”. Assim “os habilitados pela escola normal não carecem de concurso para serem nomeados para as escolas de instrução” (1870, p. 10-11.). A proposta do presidente foi aceita pelos deputados, visto que a Lei nº 238, de 19 de abril de 1870 criou na capital “uma Escola Normal para o ensino das pessoas de ambos os sexos que quisessem exercer o professorado da Instrução elementar” (MIGUEL, 2000, p. 120).

Segundo indicou o presidente da província, Venâncio José de Oliveira Lisboa, no seu relatório de 1871, a instrução era “um dos mais importantes instrumentos da prosperidade pública”, mas na província ela se encontrava em um estado decadente. Oliveira Lisboa reforçou a importância da lei o n. 238, do ano anterior, afirmando que



ela “veio dar-lhe o tiro de honra com a proibição do provimento definitivo das cadeiras de instrução primária de professores que não fossem normalistas”. Todavia, “não se criou a escola normal, e quando criada não formaria” professores normalistas de imediato, assim a alternativa “foi fundar-se o sistema degenerado da nomeação de professores interinos sem exibição de provas de capacidade e moralidade; isto é, aliu-se a base fundamental da instrução”. E frente aquela situação conclamou aos deputados sobre a necessidade de reformar “a instrução das ruínas a que se acha reduzida”. Assim, a reforma deveria “manter uma lei que não consulte desde logo todo aperfeiçoamento, do que com mudanças rápidas e constantes cair de novo no estado que ora condenamos” (1871, p. 1-2).

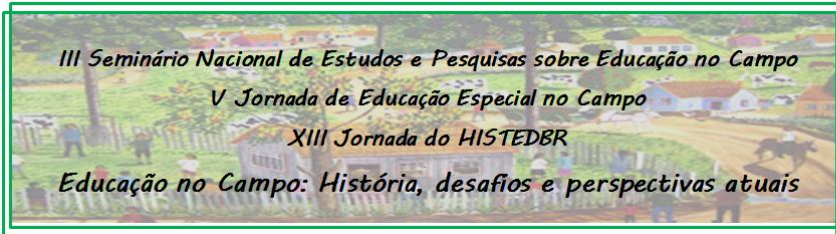
Nesta breve exposição sobre o problema da qualificação dos professores evidenciou-se os problemas que a província enfrentava. Dentre eles podemos destacar a falta de lugar adequado para promover a qualificação, a debilidade financeira da província para arcar com as despesas de um lugar para formação do professor, o baixo salário pago aos professores, a falta de interesse do próprio professor em se especializar. Problemas esses que resultaram na falta de pessoal habilitado para o magistério. Consequentemente na qualidade da instrução pública oferecida.

Condições De Trabalho dos Professores

Após apresentar algumas considerações sobre a qualificação que os professores tinham/receberam no período, faz-se necessário compreender quais as condições que eles encontravam para ministrar suas aulas.

O presidente Zacarias Góes e Vasconcellos, no seu relatório de 1854, ao tratar do salário dos professores enfatizou que “em um país como este, onde qualquer carpinteiro ou pedreiro ganha por dia 2\$000 ou mais” e considerando que qualquer pessoa “quando não queira dar-se a outro trabalho” tinha “o fácil recurso dos ervais silvestres para tirar quanto baste para suas precisões”, o professor que ganhar “em alguns lugares menos de 800 reis. diários, é um absurdo, pois com esse ordenado mal conseguiam subsistir.

Em relação aos locais para escolas destacou que onde houvesse edifícios públicos, deveriam destinar-se ao estabelecimento das escolas e nos locais onde não

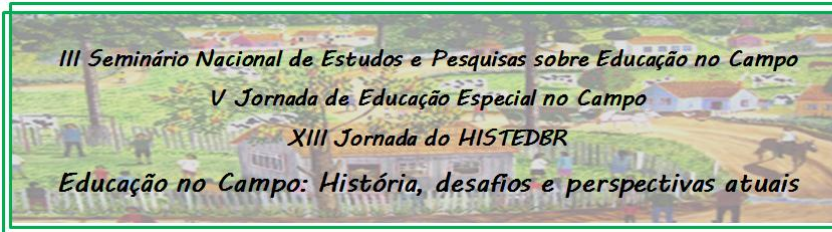


houvesse convinha que o governo fosse “habilitado com a quantia suficiente a alugar prédios com proporções de ter em si escolas, porque não convém dissimular” nem mesmo “constranger os professores a alugar a sua custa casas maiores do que precisam para si e suas famílias afim de dar aula a seus discípulos é um meio indireto, mas bem eficaz, de reduzir consideravelmente os seus já tão poucos vencimentos” (1854, p. 13).

No relatório de 1855, Vasconcellos apresentou algumas das condições de trabalho encontradas pelos professores, dentre essas, considerou que “as diligências de autoridade, no sentido de dar as escolas professores suficientemente habilitados, frustram-se, pela maior parte, porque quem sabe para ensinar julga-se muito mal pago”, porém “aumentar os ordenados ao ponto de os fazer atrativos, seria onerar os cofres sem fundada esperança de obter logo o pessoal preciso”, pois “bons professores, mesmo de primeiras letras, não se improvisam”. Assim para todas as cadeiras, que eram providas, o presidente buscava marcar “o máximo do ordenado permitido pela lei em vigor” que na época ainda era o Regulamento de 16 de março de 1846, da província de São Paulo (1855, p. 58-59).

Em 1864, o presidente José Joaquim do Carmo destacou no seu relatório que “o estado da instrução pública na província não corresponde aos esforços, que se tem feito para colocá-la em condições satisfatórias”, em relação às escolas “são pouco frequentadas, seja em razão da dispersão da população, seja em virtude do pouco apreço que, em geral, os pais de família ligam a instrução”. Destacou ainda que a lei do orçamento assinalava “um conto de réis para as despesas com aluguéis de casa para escolas da província”, porém era “insuficiente essa quantia para fazer face á tais despesas” (1864, p. 8-9).

André Padua Fleury, no seu relatório de 1865 enfatizou que “o defeito não se acha tanto nas disposições regulamentares”, mas que provinha “especialmente da facilidade em concederem-se cadeiras vitalícias e na inamovibilidade dos professores”, pois “uma vez nomeado por ato da presidência” o professor não poderia “mais ser dispensado senão demitido por causas claramente expressas no art. 79 do mesmo



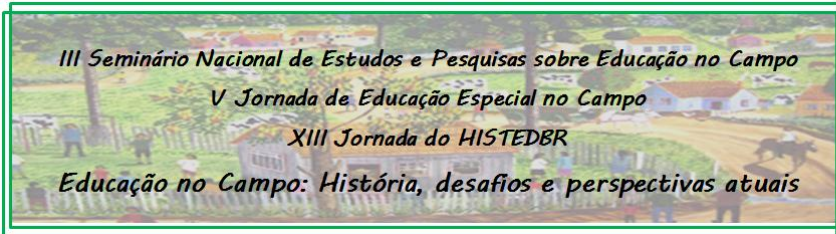
Regulamento³”. Destacou ainda que na província a prova dos professores reduzia-se “ao exame das habilitações intelectuais e a sindicância sobre a moralidade dos candidatos!” Porém, “quantas vezes os que têm exibido as melhores aptidões tornam-se na prática ou por negligência ou por falta de imparcialidade ou por outras causas supervenientes indignos do lugar que ocupam” (1865, p. 15).

No ano seguinte André Padua Fleury apresentou argumentos semelhantes, sustentando que “em vez de ocuparmo-nos em multiplicar cadeiras mesquinamente retribuídas, ao lado de outras que o são com generosidade” se fazia necessário “depurar o ensino, tirando ao professorado o caráter de especulação que o infensa, para restituir-lhe o de sacerdócio que o enobrece”. Assim recomendou que fossem suprimidas “as escolas não frequentadas”, reorganizando o sistema de inspeção e preparado o pessoal habilitado (1865, p. 23).

No relatório de 15 de fevereiro de 1870, o presidente da província Antônio Luiz Afonso de Carvalho, argumentou que “uma das ideias complementares a propagação da instrução primária é sem dúvida alguma a dotação de casas escolares convenientemente edificadas e preparadas para o estabelecimento das aulas”, e ponderou que as casas deveriam “ser feitas à custa dos cofres provinciais e contarem os móveis, utensílios e objetos indispensáveis ao ensino”. Segundo ele a província lucraria “por dois lados: de um cria um estabelecimento, que lhe é próprio evitando consumir todos os anos uma verba” que nem sequer auxilia nas necessidades “mais urgentes, do que são prova os professores, que veem-se na contingência de abrirem as aulas em sua casa ou privarem-se de parte do seu estipêndio para contribuir a aquisição adequada de um local” e por outro lado “procurar acomodações adequada a saúde e bem estar dos alunos, para que possam em largueza fazer seus exercícios escolares” (1870, p. 11).

Pela proposta do presidente Afonso de Carvalho, a província não necessitava fazer um grande investimento, pois “nem todas as casas se devem fazer ao mesmo tempo: não há necessidade de tais extremos”. Pela proposta cada uma “dessas casas deve ser calculada para 60 discípulos”. Lembrou que era necessário garantir recursos

³ PROVÍNCIA do Paraná. Regulamento de ordem geral para as escolas da instrução primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular, primário e secundário, de 08 de abril de 1857. (MIGUEL, 2000, p. 21-35).



para “distribuir anualmente alguns compêndios, traslados e outros objetos para o ensino sem os quais os pobres não podem absolutamente aproveitar, ainda que frequentem”. O presidente enfatizou que “no ensino gratuito, como o estabelece, a constituição não se compreendem somente o professor, as casas e mobília, mas também livros, papel e penas. Não se exige do pai de família, senão a pessoa de seu filho” (1870, p. 11-12).

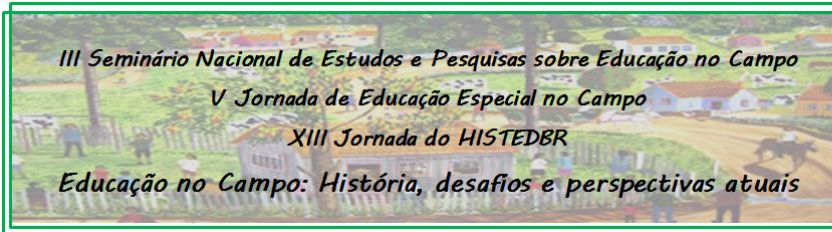
Estes poucos fragmentos revelam as condições de trabalho dos professores: baixos ordenados, falta de casas escolares adequadas, utensílios e materiais didáticos, além da resistência dos pais em mandarem seus filhos à escola.

Papel do professor na escola/sociedade

Considerando todas as dificuldades em relação à formação do professor, e as dificuldades encontradas para ministrarem aulas, dentre outros aspectos que aparecem nos relatórios dos presidentes e vice-presidentes, é preciso também compreender o papel que o governo atribuía ao professor na escola e na sociedade.

O presidente Francisco Liberato de Mattos, no relatório de 7 de janeiro de 1858 enfatizou que a instrução refletia na “importância do aperfeiçoamento intelectual e moral do homem” e que a falta de instrução influía “nas causas da perpetração dos crimes”, sendo assim a “sociedade que os pune é também obrigada a empregar os meios de remover agudas causas”. Nesse sentido considerou que a educação vinha atendendo “com a maior solicitude a este ramo do serviço público” (1858, p. 29).

Em 1860, o presidente Francisco Cardoso ressaltou no seu relatório que “o pessoal do professorado público percebe razoáveis vencimentos, em relação a outras províncias de ordem superior, e direi mesmo acima das forças da nossa”, e acrescentou “é mister que assim seja, para de alguma forma prevenir o preceptor das vicissitudes da vida, de modo a torná-lo dedicado na carreira magistral, e colocá-lo no estado de compenetrar-se do verdadeiro alcance da profissão”. Segundo ele “a missão de ensinar não consiste na simples indicação das letras, junção de sílabas ou palavras”, mas “o ensino é alguma coisa mais; porque entende com a inteligência do menino”. Para Francisco Cardoso a educação ia além do ensino, por isso era preciso “retribuir com liberalidade os nossos professores” e fazer com que compreendessem “a elevada missão que lhes confiou a lei e que inspirem aos discípulos os sentimentos próprios a torná-los

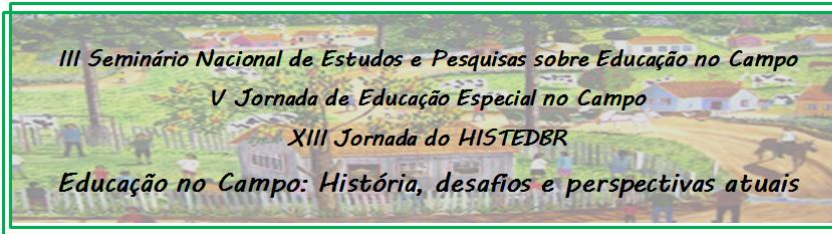


úteis a si e a sociedade”. Segundo ele a tarefa era “árdua, mas sobremaneira gloriosa” (1860, p. 44-45).

O presidente da província José Francisco Cardoso em seu relatório de 18 de março de 1861, destacou que “em vista pois dos dados expostos, creio não ser desagradável o estado do ensino público na província”, pois “o pessoal que o exerce compreende com vantagem a importante missão que desempenha” (1861, p. 34). Já o presidente Antônio Babosa Gomes Nogueira, em 1862, enfatizou a necessidade de reconhecer que o “corpo de professores públicos da província” era um “pessoal que promete vantagens futuras”, e que de forma “geral procuram eles cumprir com os seus deveres, e dar execução ás instruções expedidas para os trabalhos escolares” (1862, p. 25).

O vice-presidente da província Sebastião Gonçalves da Silva em relatório de 1864, ponderou que “a instrução pública, vós bem o sabeis, prendem-se quase todos, se não todos, os elementos, que, na senda do progresso, elevam as nações, cultivando o espírito, e educando o coração do povo”. Assim, “a maior e mais desvelada solicitude dos poderes do Estado merece este poderoso ramo do serviço, que tende á aproximar o homem aos pés da Divindade”. Nesse sentido, argumentou perante os deputados sobre a necessidade de cercar “o professorado de vantagens, para não desanimar no árduo e atarefado serviço, que lhe incumbia [...] assegurou-lhe a subsistência futura quando velho ou enfermo não pudesse mais ocupar-se no ensino” (1864, p.18).

Polidoro Cezar Bulamarque em 1867 ressaltou que em relação à instrução “divergem muito as opiniões acerca das condições e modo porque ela deve ser ministrada, mas concordam todos na sua necessidade absoluta e indeclinável”. O presidente respaldando-se em Tocaville enfatizou que era na “escola que o espírito nacional se engrandece. É lá que se completa a educação começada na família. É de lá que saem essas notabilidades assombrosas, a cujos lampejos de gênio obedecem as ciências e as artes”. Nesse sentido ponderou que o estado deveria fazer “um empenho muito sério em levar as mais ínfimas camadas sociais, ao menos, as noções elementares, indispensáveis a vida. Cumpria, portanto ao governo “difundir a luz por entre as novas gerações, porque nelas encerram-se os futuros destinos do país” (1867, p. 24).



Em relação ao papel do professor na escola/sociedade, os presidentes destacavam a importância da instrução, o papel atribuído aos professores que tinham a missão de ensinar, criando cidadãos ordeiros. A atitude dos professores auxiliava na consolidação do império, e assim entende-se a ênfase dada nas necessidades de melhorar as condições de trabalho dos professores.

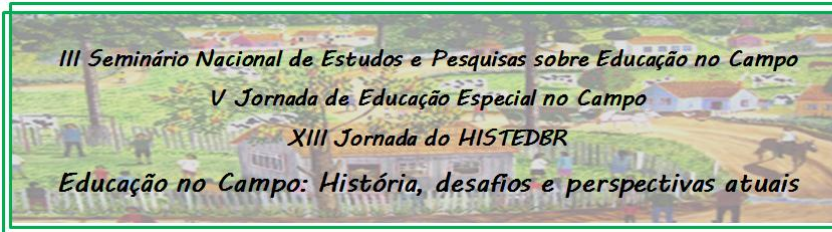
Considerações Finais

Ao trabalhar com as fontes primárias como indicado por Castanha, é necessário considerar que estas “são fundamentais à produção, sistematização ou reinterpretação do conhecimento histórico” (2007, p. 495).

Ao optar pela análise das fontes primárias, enfatizamos o estudo e a análise dos relatórios dos sujeitos do período envolvidos na construção educacional, buscando sempre abranger todos os aspectos que envolviam o contexto de formação da sociedade no período. Assim ao buscar analisar os diversos âmbitos que envolviam o trabalho do professor, percebemos diversos discursos tanto dos presidentes como dos vice-presidentes, os quais envolviam temas importantes para a compreensão de como a educação se encontrava.

Era perceptível a ênfase dada à necessidade de instalação na província de estabelecimentos que proporcionassem meios para instruírem convenientemente os professores, porém constatamos que as diversas tentativas de criação desse tipo de estabelecimentos resultaram em relativo fracasso, pois havia sérias dificuldades para a província comportar as despesas com manutenção regular desses estabelecimentos. Além disso, havia também a baixa frequência de alunos nos estabelecimentos que eram direcionados a habilitação de professores. Consequentemente, o principal problema citado pelos presidentes e vice-presidentes da província em seus relatórios consistia, sobretudo, na falta de pessoal habilitado para o magistério.

Em relação ao trabalho do professor havia inúmeras dificuldades, que faziam com que o progresso da instrução fosse lento. Dentre as dificuldades encontradas estavam o baixo salário dos professores, que na maioria das vezes mal dava para subsistirem, porém também se ressaltava que aumentar os salários dos professores estava fora do alcance dos cofres provinciais. A falta de frequência escolar, na maioria



das vezes pelo pouco apreço que os cidadãos davam a instrução, principalmente considerando que a sociedade do período era agrícola, e a maioria dos pais preferiam tirar proveito do trabalho dos filhos no campo, do que mandá-los para a escola, e também à distância até as escolas. Outro fator relevante destacado nos relatórios era a falta de lugar, e materiais apropriados para os professores ministrarem suas aulas.

Ao considerar o papel dos professores na escola/sociedade, percebemos nos relatórios a importância dada à instrução, principalmente para formação de um cidadão ordeiro, que auxiliasse na consolidação do Império e se enquadrasse nos padrões sociais da época. Daí se entende a importância dada aos professores que tinham a missão de ensinar, por isso, o governo destacava com veemência a necessidade de melhorar as condições de trabalho que os professores encontravam, para que estes não desanimassem na tarefa que deveriam exercer. Porém, entre os cidadãos era perceptível uma indiferença em relação aos professores, que era tida como última profissão a ser exercida, principalmente pelas desvantagens que cercavam o professorado no período.

Através dos relatórios dos presidentes e vice-presidentes podemos compreender as condições da educação do período de 1854 a 1871. Percebemos que os discursos dos sujeitos partícipes da construção educacional eram muito semelhantes, e que houve diversas tentativas de melhoramentos das condições em que a educação se encontrava. Evidenciamos que poucas mudanças foram realmente efetivadas, especialmente considerando que a província contava com uma diminuta produção de riquezas, a qual limitava os investimentos financeiros feitos na educação, e que a constante troca de partidos políticos, acarretava em uma desestabilidade legal para a instrução.

Referências

CASTANHA, André Paulo. *O Ato Adicional de 1834 e a Instrução Elementar no Império: descentralização ou centralização?* São Carlos-SP: Universidade Federal de São Carlos, 2007.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. (Org.). *Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889*. Campinas: Autores Associados, 2000.

PROVÍNCIA do Paraná. *Relatório do presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na abertura dos trabalhos, em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1854.

_____. Relatório do presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na abertura dos trabalhos, em 8 de fevereiro de 1855. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1855.

_____. Relatório do presidente Francisco Liberato de Mattos, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 7 de janeiro de 1858. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1858.

_____. Relatório do presidente Francisco Liberato de Mattos, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 7 de janeiro de 1859. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1859.

_____. Relatório do presidente José Francisco Cardoso, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 1º de março de 1860. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1860.

_____. Relatório que o presidente, José Francisco Cardoso, apresentou ao novo presidente da Província Antônio Barbosa Gomes Nogueira por ocasião da transmissão do cargo, em 18 de março de 1861. Curitiba: Tipografia do Correio Oficial, 1861.

_____. Relatório do presidente Antônio Barbosa Gomes Nogueira, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro de 1862. Curitiba: Tipografia do Correio Oficial, 1862.

_____. Relatório do vice-presidente Sebastião Gonçalves da Silva, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 21 de fevereiro de 1864. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1864.

_____. Relatório do presidente José Joaquim do Carmo, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 18 de novembro 1864. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1864

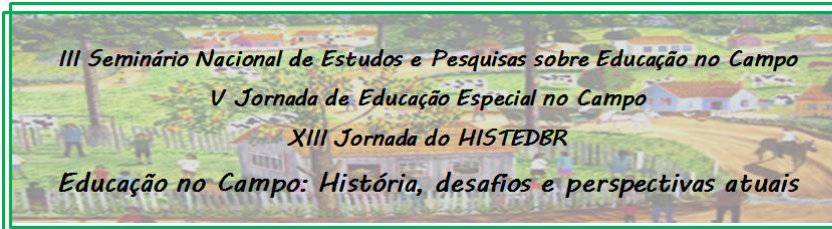
_____. Relatório do presidente Polidoro Cezar Burlamaque, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de março de 1867. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1867.

_____. Relatório do presidente André Augusto de Padua Fleury, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro de 1866. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1866

_____. Relatório do vice-presidente Agostinho Ermelino de Leão, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 05 de novembro de 1866. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1866

_____. Relatório do presidente José Feliciano Horta de Araújo, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro de 1868. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1868.

_____. Relatório do presidente Antônio Augusto da Fonseca, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 6 de abril de 1869. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1869.



_____. *Relatório do presidente Antônio Luiz Affonso de Carvalho, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de março de 1870.* Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1870.

_____. *Relatório do presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro de 1871.* Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1871.

SANTI, Denize Naiara; CASTANHA, André Paulo, *A instrução pública na Província do Paraná – 1854-1859: reflexões a partir dos partícipes do processo.* In: Anais do I Seminário Nacional de Pesquisa em Educação: conexões e diálogos na pós-graduação. Francisco Beltrão: UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão, 2015. CD-Rom.